

Alexandre Lima Ferreira - A Câmara do Porto e a Grande Guerra. 1916-1918 - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 151-173. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a8

A Câmara do Porto e a Grande Guerra (1916-1918)

Oporto City Council and the Great War (1916-1918)

La Mairie de Porto et la Grande Guerre (1916-1918)

El Ayuntamiento de Oporto y la Gran Guerra (1916-1918)

Alexandre Lima Ferreira
Universidade do Porto
alexandremlff@hotmail.com

Sumário: Neste estudo procurou-se, através da análise das atas das diversas reuniões camarárias, verificar qual a posição política da Câmara Municipal do Porto em relação à participação portuguesa na Grande Guerra. O período escolhido foi o dos anos de 1916 a 1918, quando Portugal esteve oficialmente envolvido no conflito. Além da dimensão política, procurou-se ainda verificar quais as medidas tomadas pelo município para enfrentar a chamada crise das subsistências, e que marcas deixou a guerra na cidade, em particular na sua toponímia e nos seus habitantes.

Palavras-chave: Câmara do Porto, Grande Guerra, Primeira República Portuguesa

Abstract: In this study, through the analysis of the minutes of the various town hall meetings, we sought to verify the political position of the Oporto City Council in relation to the portuguese participation in the Great War. The period chosen was that of the years 1916 to 1918, when Portugal was officially involved in the conflict. In addition to the political dimension, we also sought to verify the measures taken by the municipality to face the so-called crisis of subsistence, and what traces the war have left in the city, particularly on its toponymy and on its inhabitants.

Keywords: Oporto City Council, Great War, First Portuguese Republic

Résumé: Dans cette étude, à travers l'analyse des procès-verbaux des différentes réunions municipales, on a cherché vérifier la position politique de la Mairie de Porto relativement à la participation portugaise dans la Grande Guerre. La période choisie a été celle des années 1916 à 1918, lorsque le Portugal était officiellement impliqué dans le conflit. Outre la dimension politique, il fut également demandé de vérifier les mesures prises par la municipalité pour faire face à la soi-disant crise de subsistance, ainsi que les marques laissées par la guerre dans la ville, notamment dans sa toponymie et sur ses habitants.

Mots clés: Mairie de Porto, Grande Guerre, Première République Portugaise

Resumen: En este estudio se buscó, a través del análisis de las actas de las diferentes reuniones municipales, verificar cuál fue la posición política del Ayuntamiento de Oporto en relación a la participación portuguesa en la Gran Guerra. El período escogido fue el de los años de 1916 a 1918, cuando Portugal participó oficialmente en el conflicto. Además de la dimensión política, se buscó también verificar que medidas han sido tomadas por el municipio para enfrentar la llamada crisis de las subsistencias, y que marcas dejó la guerra en la ciudad, en particular en su toponimia y en sus habitantes.

Palabras clave: Ayuntamiento de Oporto, Gran Guerra, Primera República Portuguesa

Introdução

O tema deste estudo é a Câmara Municipal do Porto e a Grande Guerra, durante o período que vai de 9 de março de 1916 a 11 de novembro de 1918, ou seja, entre a

Alexandre Lima Ferreira - A Câmara do Porto e a Grande Guerra. 1916-1918 - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 151-173. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a8

data da declaração de guerra alemã a Portugal e a assinatura do armistício. Foram escolhidas estas datas, porque se queria perceber o período em que Portugal esteve efetiva e oficialmente, em guerra. A entrada do país no conflito europeu causou profundas divisões nos diversos partidos e na própria instituição militar, que questionava a necessidade da intervenção militar neste teatro, contrariamente ao africano, onde o país assumia uma posição de defesa dos seus territórios coloniais face à agressão alemã.

O objetivo é saber quais as posições políticas assumidas pelos diferentes executivos da Câmara Municipal do Porto em relação à participação militar portuguesa na Grande Guerra. Interessa perceber as diferenças entre a Câmara do Partido Democrático, e a Câmara do período sidonista, ou seja, em que medida os executivos municipais refletiam as posições dos respetivos partidos. Importa, também, tentar perceber a relação entre a minoria socialista no Senado e a maioria democrática, sabendo-se que a posição do Partido Socialista portuense em relação à guerra era diferente da do partido a nível nacional.

Outro aspeto a ser esclarecido é o da atuação da Câmara em face das consequências, diretas e indiretas, que a Grande Guerra trouxe à cidade do Porto. A questão das subsistências foi a mais importante com que a Câmara teve de lidar. A guerra provocou dificuldades na importação de géneros, que se tornaram muito difíceis de ser fornecidos à população, fazendo com que a Câmara tivesse de assumir funções que normalmente não eram as suas. Perante isto, será importante saber quais as medidas tomadas para minorar os agravos que atingiam a população. Por último, terá interesse saber quais as marcas deixadas pela Grande Guerra na cidade, ao nível da toponímia, mas também nos seus habitantes e em algumas das suas instituições.

Como fontes principais deste estudo foram usadas as atas dos diferentes executivos municipais que se encontram no Arquivo Municipal do Porto. Através da leitura destas procuramos perceber as diferentes sensibilidades presentes. As Atas da Vereação foram as mais importantes para este estudo. Estas registam as reuniões do Senado, órgão político por excelência, onde devido à presença de duas forças políticas se pode perceber a oposição, ou a concordância, entre elas. As Atas da Comissão Executiva mostram uma discussão mais técnica, já que esta era o órgão executivo da

Alexandre Lima Ferreira - A Câmara do Porto e a Grande Guerra. 1916-1918 - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 151-173. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a8

autarquia, a quem os cidadãos dirigiam os seus requerimentos. Nas Atas da Comissão Administrativa a discussão política desaparece, passando esta a juntar os dois poderes, deliberativo e executivo.

1. Enquadramento histórico

O período em análise neste trabalho marcou um momento central da história portuguesa e europeia no início do século XX. Portugal, acabado de sair de uma revolução, viu-se envolvido — e envolveu-se — numa guerra para a qual não estava preparado, e que para cujo desfecho pouco podia contribuir.

Enquanto as potências europeias se encaminhavam para a guerra em 1914, Portugal manteve-se numa posição expectante. Ligado à sua tradicional aliança com a Inglaterra, era governado por uma geração de políticos que, se já não o demonstrava, tinha sido fortemente anglófoba em consequência do Ultimato de 1890 (Teixeira, 2014: 94). Em julho de 1914, Bernardino Machado tinha formado um Governo não partidário sem a presença de qualquer democrático. Para Afonso Costa, isolado no Parlamento e sem controlo sobre a rua, o início das hostilidades representou uma espécie de salvação para o seu partido. Se pudesse levar a cabo uma política de defesa nacional contra um inimigo externo, talvez conseguisse unir as diversas facções republicanas (Ramos, 2001: 433). Antes da beligerância ativa, Portugal já era atingido pelos efeitos da guerra. No entanto, não obtinha nenhuma das vantagens que podiam advir da sua participação, particularmente a ajuda financeira inglesa (Ramos, 2001: 450). A declaração de guerra alemã a Portugal acabou por permitir ao Governo juntar-se à comunidade das nações encabeçadas pela Inglaterra, e consequentemente, à afirmação internacional do novo regime republicano. Possibilitou também a instauração de um Governo de União Sagrada, à imagem do criado em França em 1914, sendo composto no caso português apenas por dois partidos, o Democrático e o Evolucionista (Pires, 2009: 333). Partidos como o Unionista e o Socialista acabaram por ficar fora do Governo, tendo este último, desde 1915, aceitado que Portugal participasse no conflito, se o fizesse a pedido expresso da Inglaterra, dentro do espírito dos tratados assinados entre ambos os países (Ventura, 2013a: 275). Como bem salientou Brito Camacho na Câmara dos Deputados,

Alexandre Lima Ferreira - A Câmara do Porto e a Grande Guerra. 1916-1918 - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 151-173. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a8

na sessão de 10 de março de 1916, ao não representar todas as facções políticas, este Governo nunca foi de verdadeira unidade nacional.

A união das diferentes facções republicanas falhou. A 5 de dezembro de 1917 o golpe de Estado de Sidónio Pais tirou os democráticos do poder. Para a sua elaboração e realização contribuíram diferentes sensibilidades, desde heróis republicanos como Machado Santos, a membros do Partido Unionista, bem como o apoio de monárquicos.

O que tinham a uni-los eram as tendências conservadoras, e o ódio ao Partido Democrático (Samara, 2009: 371-373). A “República Nova” foi um regime personalista que criou, em torno da figura de Sidónio Pais, uma aura salvífica, dando corpo ao velho movimento português do sebastianismo. Acusado pelos democráticos de germanofilia e de ter abandonado as tropas portuguesas à sua sorte, Sidónio Pais acabou por ver o seu regime ser aceite pela Inglaterra, tendo ainda restabelecido relações diplomáticas com o Vaticano. A instabilidade governativa continuou, com a existência de três governos no espaço de um ano. A agitação social também não parou, o que fez aumentar as repressões e as prisões (Fernandes, 2014: 69-70).

No Porto estas divisões políticas também se manifestaram. A Câmara estava nas mãos do Partido Democrático desde as eleições de 30 de novembro de 1913, tendo sido o primeiro executivo camarário eleito após a implantação da República. Foi esta vereação a responsável pelas transformações operadas no centro da cidade, entre as quais a futura Avenida dos Aliados e os novos Paços do Concelho (Sousa *et al.*, 2012: 81). O projeto desta nova avenida provocou divisões entre personalidades destacadas da vida portuense, em particular, Elísio de Melo¹ e Xavier Esteves², que como presidente da direção da Associação Industrial Portuense, informou a Câmara que a associação a que presidia não estaria presente nas cerimónias de inauguração das obras desta avenida, a 1 de fevereiro de 1916 (Sousa *et al.*, 2012: 93)³. Estas divergências marcaram

¹ Elísio de Melo foi o grande impulsionador, enquanto vereador, do projeto de remodelação do centro da cidade, que incluía a abertura de uma nova avenida, que mais tarde veio a ser a dos Aliados, e a construção de um novo edifício dos Paços do Concelho (Guichard, 1994: 537-542).

² Antigo Presidente da Comissão Administrativa (16/01/1911 – 19/03/1913), foi também presidente da direção da Associação Industrial Portuense, e ainda deputado por mais de uma ocasião. Veio a integrar o governo de Sidónio Pais, primeiro como ministro do Comércio, e depois com a pasta das Finanças (Sousa, 2013: 239-240).

³ Nesta data iniciou-se a demolição do edifício camarário, passando os serviços municipais para o Paço Episcopal. A última sessão na Casa Monteiro Moreira realizou-se a 27 de janeiro, e a primeira no Paço Episcopal a 10 de fevereiro (Sousa *et al.*, 2012: 53-54).

Alexandre Lima Ferreira - A Câmara do Porto e a Grande Guerra. 1916-1918 - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 151-173. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a8

a vida política da cidade, com Xavier Esteves a representar as comissões administrativas que geriram a autarquia entre 1911 e 1914⁴. Já no período sidonista, a nova Comissão Administrativa criticou a anterior gestão democrática por não ter seguido o plano financeiro proposto por Xavier Esteves para os melhoramentos na cidade (Sousa *et al.*, 2012: 97). A cidade acabou por ser um espelho da situação política nacional.

2. A posição política das vereações face à participação na guerra

2.1. Os democráticos e os socialistas (1916-1917)

O Senado da Câmara Municipal do Porto era composto por quarenta e cinco vereadores, que elegiam uma Comissão Executiva com sete membros⁵. Em 1916-1917 tinha onze membros do Partido Socialista Português, sendo os restantes pertencentes ao Partido Democrático. Este foi o resultado das eleições municipais de 30 de novembro de 1913, as primeiras realizadas segundo os preceitos da Constituição de 1911. Henrique Pereira de Oliveira⁶ foi eleito Presidente do Senado e, Eduardo Santos Silva, Presidente da Comissão Executiva.

Ao seguir a linha intervencionista do Governo de Afonso Costa, a maioria teve de contar com a oposição da minoria socialista, que contrariamente ao Partido Socialista nacional (Reis, 2014: 197), e à maioria dos partidos socialistas europeus, continuou a rejeitar a participação militar no conflito mundial. Os socialistas portugueses consideravam que a posição da secção lisboeta do partido, de apoio a uma intervenção militar como luta pela liberdade dos povos, se baseava numa análise superficial da questão, já que não era possível combater por esse ideal aliando-se a uma autocracia como a Rússia (Meneses, 2000: 57). Para a Confederação do Norte do Partido Socialista Português a guerra em curso tinha origem nas rivalidades económicas entre as grandes potências, devendo Portugal apenas intervir se a isso fosse levado por um pedido britânico em nome do tratado de aliança entre os dois países. Mesmo nessa circunstância apenas deveria participar no conflito se existisse uma agressão alemã a algum dos países, nunca com a Inglaterra no papel de agressora, como consideravam ser

⁴ A vereação eleita, encabeçada por Henrique Pereira de Oliveira, iniciou funções a 2 de janeiro de 1914.

⁵ *Diário do Governo*, Lei nº 88/1913, de 7 de agosto.

⁶ Henrique Pereira de Oliveira foi presidente da Câmara Municipal do Porto entre 1914 e 1917, apenas com um interregno de 22 de abril a 19 de maio de 1915 durante a ditadura de Pimenta de Castro. Foi ainda eleito deputado pelo Porto, nas listas do Partido Democrático, em 1925 (Sousa, 2013: 251).

Alexandre Lima Ferreira - A Câmara do Porto e a Grande Guerra. 1916-1918 - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 151-173. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a8

o caso (Correia, 2016: 43-45). A relação entre as duas forças políticas foi marcada por alguns atritos. Logo no início de 1916, os vereadores socialistas recusaram-se a participar na receção e nas manifestações em honra dos Chefes de Estado e de Governo, por ocasião das comemorações do 31 de Janeiro. Consideravam que aquelas figuras, ao subordinarem os interesses de Portugal aos de Inglaterra, ofendiam a memória dos revoltosos de 1891, que tinham entoado “A Portuguesa” precisamente contra o Ultimato britânico (Ata da Vereação, 24/01/1916: 3-4). Passado um ano, a minoria pediu para fazer parte da Comissão Executiva, mas o seu pedido foi rejeitado (AV, 02/01/1917: 4), tendo como consequência a não participação daquela em nenhuma comissão, por considerar que não estava ali apenas para fazer número, mas sim para exercer uma ação fiscalizadora (AV, 05/01/1917: 4). Outro ponto que causou fricção entre as duas forças foi a questão dos empréstimos para a realização de obras públicas. Os socialistas acabaram por votar sempre contra a contração destes, porque entendiam que na situação económica da altura não era possível cobrar mais impostos para os pagar. Esta atitude da minoria foi objeto de críticas por parte dos outros vereadores, tendo Elísio de Melo chegado a afirmar que se a Câmara estivesse estado à espera da aprovação dos socialistas, nunca nada se tinha feito, já que estes se opunham não só aos empréstimos, mas às próprias obras. José Ribeiro, vereador socialista, afirmou que teria votado contra a realização do empréstimo para a conclusão do matadouro municipal, obra considerada essencial devido a questões de higiene no abate dos animais, se tivesse estado presente na sessão onde este foi aprovado (AV, 08/06/1917: 2-4).

Apesar desta sua oposição à guerra, nunca a minoria socialista deixou de participar e concordar com os votos de saudação dirigidos às diferentes forças expedicionárias portuguesas. Votos esses que foram muitos e dirigidos a diversas entidades, entre as quais o Governo, ministros a título individual, e comandantes militares das tropas portuguesas. No dia seguinte à declaração de guerra da Alemanha a Portugal - 9 de março de 1916 - o Presidente da Câmara, Henrique Pereira de Oliveira, fazia um apelo à união de todos os portugueses e de todos os partidos, em face do momento histórico que se vivia, e afirmava que a Câmara do Porto, representante legítima da segunda cidade da República Portuguesa, saberia cumprir o seu dever (AV, 10/03/1916: 2). Na altura da partida das primeiras tropas portuguesas com destino à

Alexandre Lima Ferreira - A Câmara do Porto e a Grande Guerra. 1916-1918 - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 151-173. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a8

Flandres francesa, foi proposto e aprovado por aclamação, o envio de um telegrama ao Ministro da Guerra e da Marinha, onde em nome da Câmara Municipal do Porto se transmitiam ao Exército português de terra e mar, as mais calorosas e vibrantes saudações, cheias de confiança no triunfo dos aliados, considerando que este seria o da vitória da civilização sobre a barbárie (AV, 22/01/1917: 1-2). Alguns dias depois, foi igualmente proposto o envio de um telegrama de saudação ao comandante da 1ª Brigada do Corpo Expedicionário Português, que estava de partida para França, o General Fernando Tamagnini. Esta proposta foi, à semelhança da generalidade deste tipo de moções, aprovada e aclamada de pé (AV, 02/02/1917: 2). Também aquando da entrada em batalha das tropas expedicionárias portuguesas em França foram enviadas saudações aos militares, aos Chefes de Estado e de Governo, e ao Ministro da Guerra (AV, 13/04/1917: 2). A ocupação do território de Quionga⁷, a 10 de abril de 1916, foi ocasião para o envio de um telegrama ao Presidente da República, saudando-o por esse sucesso das forças expedicionárias portuguesas (Ata da Comissão Executiva, 13/04/1916: 17).

Os aliados de Portugal e a participação portuguesa ao lado destes foram também objeto de referência nas sessões camarárias. Na sequência da participação portuguesa na Conferência de Paris, onde se discutiam questões económicas entre os aliados (*Diário do Congresso*, 07/08/1916: 5), a Câmara resolveu saudar e demonstrar o seu apoio ao Governo pela sua cooperação com estes (ACE, 10/08/1916: 2). Quando a 6 de abril de 1917, os Estados Unidos da América resolveram declarar guerra à Alemanha, a Câmara decidiu que a mensagem do presidente americano, Woodrow Wilson, seria distribuída em todas as escolas do concelho, a fim de que as crianças pudessem adquirir “a excelente lição de educação cívica que ela encerra” (AV, 10/04/1917: 3), tendo este gesto recebido o agradecimento do ministro⁸ dos Estados Unidos da América (AV, 23/04/1917: 2). Também em todas as escolas foi colocado um quadro com o nome do primeiro soldado português morto em França, para que as crianças vissem um exemplo de civismo e patriotismo (AV, 11/05/1917: 2). A convite do Centro Republicano Radical do Porto, a Câmara participou ainda numa manifestação patriótica de saudação

⁷ A celebração desse “grande feito” parece não ter tido em consideração o facto de ter sido levado a cabo sem resistência por parte do inimigo, uma vez que não se encontravam tropas alemãs na zona (Telo, 2013b: 428).

⁸ É feita aqui referência ao Ministro Plenipotenciário dos Estados Unidos em Portugal, Thomas H. Birch.

Alexandre Lima Ferreira - A Câmara do Porto e a Grande Guerra. 1916-1918 - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 151-173. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a8

aos consulados dos Estados Unidos da América, do Brasil e de Cuba, devido à entrada destes países no conflito europeu (ACE, 19/04/1917: 2).

Estes exemplos demonstram que em tudo aquilo que teve a ver com a participação direta de soldados portugueses nas frentes de batalha, a unidade da vereação foi total. Mesmo a minoria socialista, contrária à participação no conflito, nunca deixou de manifestar o seu apoio às forças portuguesas a partir do momento em que estas partiram para frente de batalha.

2.2. A coligação sidonista (1918)

A 5 de dezembro de 1917 deu-se o golpe de Estado de Sidónio Pais, que passou a presidir a uma Junta Revolucionária e instaurou um regime antiparlamentar em Portugal. Tal acontecimento teve também reflexos na Câmara do Porto, sendo nomeada uma Comissão Administrativa para a gerir. Esta foi nomeada a 16 de janeiro de 1918, e a sua composição representava os diferentes apoios que a insurreição tinha tido a nível nacional, sendo a sua orientação marcadamente conservadora. Dela faziam parte monárquicos, republicanos opositores ao Partido Democrático, e também socialistas. À imagem do próprio sidonismo, também a Comissão Administrativa sofreu de muita instabilidade, com cinco presidentes no período de um ano.

Estas divisões fizeram-se logo notar no início da nova governação. Na comemoração do 31 de Janeiro, vemos Pinheiro Torres⁹ insurgir-se contra a participação de grémios maçónicos no cortejo comemorativo daquela data, porque, defendia este, a sua presença podia significar uma afronta à fé católica, e à memória do falecido rei D. Carlos, que tanto tinha feito para consolidar a aliança de Inglaterra com Portugal, garante da independência nacional (Ata da Comissão Administrativa, 30/01/1918: 5).

A Comissão Administrativa partilhou com o regime sidonista a posição de maior frieza em relação à participação do país na guerra. No entanto, a própria posição do sidonismo é, ainda hoje, discutível. Sidónio Pais foi acusado de ser germanófilo, mas tal facto parece ter sido desmentido pelo apoio imediato que a Inglaterra deu ao seu regime. Se é verdade que o Corpo Expedicionário Português (CEP) foi praticamente

⁹ Em 1908, Pinheiro Torres tinha sido eleito deputado pelo Porto nas listas do Centro Nacionalista, um partido de orientação católica e conservadora (Guichard, 1994: 564).

Alexandre Lima Ferreira - A Câmara do Porto e a Grande Guerra. 1916-1918 - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 151-173. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a8

abandonado à sua sorte a partir do início de 1918, e ainda mais a partir do fatídico dia 9 de abril, tal ter-se-á ficado a dever em maior medida à incapacidade do país em garantir o transporte de tropas para França (Telo, 2013a: 376-377), por falta crónica de meios para o fazer. Nada disto era novo, já tendo afetado a anterior governação.

Como veremos, acabou por ser durante este período que se fizeram propostas de alteração do nome de diversas artérias da cidade, renomeando-as em homenagem aos aliados de Portugal. Os votos de saudação às tropas portuguesas continuaram, e o final do conflito foi imensamente saudado, com referências à futura participação do país no congresso de paz, onde este se apresentaria digno de toda a estima devido aos sacrifícios realizados (ACA, 14/11/1918: 4-5). Se muitos dos membros da Comissão Administrativa foram contra a participação na guerra, principalmente devido a motivos políticos, houve unanimidade quanto ao facto do país poder participar na divisão dos “despojos”.

2.3. Funcionários e vereadores na guerra

A guerra acabou por afetar muitos cidadãos portuenses, desde aqueles que participaram diretamente no conflito nas frentes de batalha, até àqueles que sofreram consequências devido à sua nacionalidade ou origem. No entanto, nada afetou tanto os habitantes como as epidemias que atingiram a cidade.

Na leitura das diversas atas das reuniões camarárias aparecem-nos alguns casos de cidadãos portuenses que participaram nas diferentes expedições militares. Temos o caso de um ajudante do Corpo de Salvação Pública e oficial miliciano, de seu nome Francisco Maria de Freitas, que pediu autorização para participar numa expedição a África, tendo este pedido sido deferido com o maior louvor por proposta do presidente da Comissão Executiva (ACE, 18/01/1917: 8). Alguns elementos da vereação integraram também as forças expedicionárias portuguesas, como foi o caso do vereador Jaime Pereira de Almeida, que pediu a sua substituição porque ia prestar serviços médicos junto das tropas em França (AV, 20/04/1917: 2), e de Eduardo Santos Silva, que, encarando a participação no Corpo Expedicionário Português como um dever cívico, requereu ao Secretário de Estado da Guerra, a 11 de junho de 1918, a sua incorporação no CEP. Partiu para França em finais desse mês, ocupando o posto de

Alexandre Lima Ferreira - A Câmara do Porto e a Grande Guerra. 1916-1918 - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 151-173. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a8

capitão-médico, tendo a sua ação ficado marcada por atos de grande bravura. Não se limitou a tratar dos feridos, tendo mesmo ido à linha da frente prestar assistência debaixo de fogo. Por estes feitos, quando foi desmobilizado em março de 1919, já tinha sido condecorado com a Cruz de Guerra (Pereira, 2002: 41-42). Temos ainda notícia da partida para França para cumprir serviço militar do médico veterinário da autarquia, Raúl Monteiro de Sá (ACA, 18/07/1918: 6), e do pedido efetuado pelos presos da cadeia da Relação, para que a Câmara intercedesse junto do Governo, no sentido de poderem ser incorporados nas tropas expedicionárias em França (AV, 10/08/1917: 6). Aparece ainda registado um voto de sentimento pela morte, em Moçambique, onde se encontrava integrado nas forças portuguesas, do bombeiro António Carneiro Bessa (ACA, 25/07/1918: 8).

3. Os problemas da cidade em guerra

3. 1. Crise das subsistências

O principal efeito da guerra na cidade foi a crise das subsistências¹⁰, que afetava toda a Europa, atingindo países beligerantes e neutrais de igual forma. A Alemanha foi o primeiro país a conhecer a escassez, o que a levou a organizar um sistema de racionamento para a população. Logo desde 1914, o Departamento dos Cereais determinou a composição da farinha para panificação. Alguma desta tinha fécula de batata na sua composição, o que originou o chamado "pão K". Já nos países da *Entente*, se em Inglaterra apenas se racionaram alguns produtos que vinham do exterior, em França houve racionamento, entre outros, de carne e de açúcar (Ferro, 2008: 162).

A cidade e o país sofriam assim de uma escassez de géneros alimentares, que acabava por afetar com maior severidade as classes mais desfavorecidas. A principal dificuldade em arranjar estes alimentos, que na sua maioria eram importados, estava em conseguir transportes. A Câmara pediu mesmo ao Governo que lhe cedesse alguns dos vapores apressados aos alemães (AV, 28/03/1917: 6-7), para que pudesse transportar os géneros em falta, particularmente o chamado milho colonial que vinha de Moçambique (ACE, 30/03/1916: 3), e, mais tarde, também da Rodésia. A responsabilidade de arranjar os meios de transporte foi sempre do Governo, e se este não conseguisse

¹⁰ Antes da entrada de Portugal no conflito já existiam lutas contra a carestia de vida, qua levaram ao tabelamento dos géneros.

Alexandre Lima Ferreira - A Câmara do Porto e a Grande Guerra. 1916-1918 - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 151-173. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a8

assegurá-los, a Câmara pouco podia fazer (ACA, 17/01/1918: 10). O Governo acabou por ceder a exploração de alguns vapores (AV, 08/06/1917, 3), entre os quais o vapor *Trafaria* (AV, 15/06/1917: 2). Mais tarde, no entanto, acabou por entregar a administração desta embarcação a uma entidade particular, o que motivou o protesto, em nome da Câmara, de Eduardo Santos Silva, por entender que tal ato só a desprestigiava (AV, 20/07/1917: 2).

O organismo da Câmara que tinha a seu cargo esta questão era a Comissão de Subsistências, dirigida por Manuel Pinto de Azevedo, que procurou levar a cabo uma política de regulação dos preços, não querendo competir com os particulares no mercado (AV, 08/07/1916: 2). Em janeiro de 1917, este vereador ofereceu à Câmara, pelo período em que decorresse a guerra, uma padaria com todo o seu conteúdo, para que pudesse ela própria começar a panificar (AV, 19/01/1917: 2). A Comissão de Subsistências acabou por comprar e vender alimentos diretamente à população, tais como açúcar, arroz, azeite, bacalhau, além de outros géneros (Ventura, 2013b: 450). O principal alimento que vendia, e que constituía a base da alimentação, era o pão, possuindo a Câmara padarias e produzindo ela mesma o pão que vendia, considerado de boa qualidade. Após se ter verificado a escassez de milho no mercado (AV, 10/03/1916: 1), que tinha atingido o ponto crítico em abril de 1916, a vereação decidiu que a Comissão de Subsistências devia começar a fazer um pão barato e de qualidade regular (AV, 05/04/1916: 3). Algum tempo depois, a Câmara teve conhecimento que os moageiros retiravam farinha destinada a fazer o pão camarário, cobrando-lhe o mesmo preço (AV, 05/05/1916: 2). A falta de farinha de milho no mercado, e a sua substituição por farinha de trigo e centeio, de preço superior, acabou por fazer com que o preço do pão camarário aumentasse, o que levou a uma troca de argumentos entre membros da minoria socialista, que censuravam esta subida (AV, 07/05/1917: 3), e o presidente da Comissão Executiva, Eduardo Santos Silva, que afirmou que o preço do pão poderia diminuir assim que o milho colonial chegasse (AV, 08/06/1917: 4). Apesar do preço mais elevado, a Câmara tinha adquirido centeio em Espanha, e continuou a fornecer farinha aos padeiros (AV, 20/07/1917: 4), tendo visto a sua ação dificultada pelo Ministério do Trabalho, que se tinha imiscuído na operação (ACE, 19/07/1917: 2). O vereador socialista Maravilhas Pereira chegou a pedir a Eduardo Santos Silva que este

Alexandre Lima Ferreira - A Câmara do Porto e a Grande Guerra. 1916-1918 - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 151-173. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a8

influísse junto do Governador Civil do Porto, no sentido de entrar num entendimento com outros governadores civis do Norte do país, para que se acabasse com as fronteiras concelhias, a fim de que o milho existente em excesso nalguns locais pudesse ir para outros onde estava em falta (AV, 05/04/1916: 6). Se o pão feito pela Câmara era de boa qualidade, muito do pão vendido pelos industriais da panificação era adulterado, e por isso inferior, tendo mesmo a Federação das Associações Operárias pedido à Câmara que tomasse medidas para evitar as fraudes e as falsificações por parte dos industriais da panificação (AV, 13/11/1916: 2). Este problema continuou a manifestar-se em 1918, com Pinheiro Torres a acusar os industriais de padaria de estarem a subir os preços do pão, prejudicando as classes mais desfavorecidas, e de alguns terem manipulado o pão de tal forma, que este não se podia comer (ACA, 21/02/1918: 14). De resto, não eram apenas os industriais da panificação a cometer fraudes, tendo José Pinheiro afirmado que lhe tinham dado conhecimento da existência de refinarias que misturavam areia com o açúcar (ACA, 25/07/1918: 13). A Comissão de Subsistências continuou a tentar aumentar a produção de pão, que ainda não era suficiente para as necessidades da população (ACA, 28/02/1918: 14).

O consumo de carne foi também afetado, chegando mesmo a ser proibido um dia por semana logo no início de 1917 (Ventura, 2013b, 448), o que levou a Câmara a propor o dia de segunda-feira, tendo a Comissão de Abastecimento de Carnes escolhido o dia de quinta-feira para a proibição de venda de carne de vaca (ACE, 18/01/1917: 1). A Associação da Classe dos Empresários dos Açougues chegou a pedir à Câmara que esta conseguisse junto do Governo a proibição da exportação de gado lanífero e caprino (ACE, 27/01/1916: 9), já que a falta destes animais provocaria o aumento do preço da carne. Para a Câmara, a alta do preço da carne devia-se à atuação do Governo de Pimenta de Castro, que tinha permitido a exportação de gado sem nenhuma restrição, o que resultou na falta deste no país (ACE, 18/03/1916: 9), ilibando assim de responsabilidades nesta matéria o Governo do Partido Democrático.

O açambarcamento e o “mercado negro” retiraram do mercado muitos bens essenciais, o que permitiu a especulação, tendo a alta de preços e a escassez de alimentos sido particularmente notadas nas zonas urbanas (Oliveira, 1996: 256), como foi o caso do Porto. Assim, considerava a Câmara, a única maneira de acabar com o

Alexandre Lima Ferreira - A Câmara do Porto e a Grande Guerra. 1916-1918 - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 151-173. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a8

açambarcamento e a especulação era a de importar diretamente do estrangeiro os géneros necessários para alimentar a população, podendo desse modo controlar os preços. Para fazer essa importação, como já vimos, precisava que o Governo lhe desse preferência na adjudicação da exploração dos vapores alemães apresados (AV, 28/03/1917: 6), algo que não aconteceu.

3.2. Crise energética

A Companhia do Gás do Porto era a principal fornecedora de energia à cidade, quer destinada à iluminação, quer ao uso industrial. Esta teve que enfrentar graves dificuldades na obtenção de hulha¹¹, que era a sua única matéria-prima, e que não existia em Portugal¹², o que levou a Companhia do Gás a reduzir a iluminação pública, a partir de certas horas, naquelas que eram as partes mais iluminadas da cidade e, conseqüentemente, a pedir auxílio à Câmara logo no início de 1916 (AV, 14/02/1916: 2). Perante a necessidade de reduzir o consumo de gás, a Companhia apenas se limitava a lamentar o sacrifício e os incómodos que causava à população (ACE, 18/02/1916: 2). A situação agravou-se de tal maneira, que Eduardo Santos Silva chegou a enviar um ofício à Companhia, no sentido da Câmara tomar posse, no mais curto prazo possível, de tudo quanto era empregado na exploração da iluminação a gás e da eletricidade, uma vez que a Companhia assumia que lhe era impossível continuar com tal exploração. Este ofício, votado por unanimidade, representava “o início da municipalização de serviços públicos a cargo de concessionários” (AV, 26/04/1916: 2-4). Perante esta atitude da Câmara, a Companhia foi afirmando que os seus prejuízos eram consequência da guerra (AV, 28/04/1916: 2), enquanto alternava entre pedidos de auxílio à autarquia, e rejeições à oferta de ajuda desta (AV, 05/07/1916: 3). A Comissão Executiva, que tinha passado a adquirir carvão para uso na iluminação pública (AV, 21/06/1916: 3), acabou por vender à Companhia cerca de duas mil cento e noventa toneladas (ACE, 17/08/1916: 3), tendo decidido entregar metade do combustível a pronto pagamento, e a outra metade nas mesmas condições ou com uma garantia idónea de pagamento a prazo (AV, 20/11/1916: 8), tendo a Companhia aceitado estes termos (AV, 27/11/1916: 2).

¹¹ Esta era importada de Inglaterra, tendo a guerra submarina criado grandes dificuldades no seu abastecimento em 1916.

¹² A hulha existia em Alcácer do Sal, mas ainda não era conhecida a existência desse jazigo.

Alexandre Lima Ferreira - A Câmara do Porto e a Grande Guerra. 1916-1918 - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 151-173. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a8

Mas a venda não teve a concordância de todos os vereadores, tendo José Ribeiro afirmado que a Câmara não devia ceder nenhum carvão à Companhia, e que devia, desde logo, municipalizar os serviços de iluminação pública, sendo secundado por Maravilhas Pereira, no tocante à não cedência de carvão (AV, 18/10/1916: 2-3).

Durante bastante tempo, a Câmara foi atendendo aos pedidos da Companhia, mas a situação continuou a deteriorar-se, com queixas cada vez mais frequentes por parte de particulares e de industriais, que afirmavam que o gás fornecido era não só de má qualidade, como em pouca quantidade (AV, 11/05/1917: 3), não permitindo iluminar as ruas, nem colocar os motores fabris a trabalhar (AV, 14/09/1917: 2). A Câmara acabou por apresentar uma proposta à Companhia, no sentido de esta poder cobrar oito centavos por cada m³ de gás fornecido (AV, 09/03/1917: 5-6), sendo que em troca esta tinha que fornecer gás em quantidade e de boa qualidade, mas a empresa não só não cumpriu as cláusulas do contrato (AV, 12/02/1917: 2-3), como exigiu cobrar mais pelo fornecimento de gás (AV, 28/03/1917: 5-6). Nesta situação, os industriais acabaram por se colocar ao lado da Câmara na defesa do que tinha sido acordado no contrato (AV, 28/09/1917: 4). Ao não cumprir as suas obrigações contratuais, a Companhia do Gás também não podia subir os preços que cobrava. Como não fornecia gás em qualidade e em quantidade suficientes, acabava por colocar em causa a sobrevivência de várias indústrias, e podia conduzir ao desemprego milhares de operários, o que levou o vereador socialista, Guedes Malvar, a pedir que se deixasse a Companhia cobrar mais pelo gás que fornecia (AV, 14/09/1917: 3). A situação acabou por atingir um ponto de rutura, quando a Companhia cessou a exploração do gás, originando a falta deste quer na iluminação pública, quer na privada. Também a ausência de gás industrial levou muitas oficinas a fechar portas e a despedir milhares de funcionários (AV, 14/11/1917: 3-5). Todo este processo só podia ter tido um epílogo, que foi o da municipalização da Companhia do Gás em novembro de 1917 (AV, 19/11/1917: 2-3). A partir desta data, o fornecimento de gás passou a estar assegurado pela Comissão Municipal Administrativa da Exploração dos Serviços do Gás, presidida por Marques Guedes (AV, 28/11/1917: 2).

Alexandre Lima Ferreira - A Câmara do Porto e a Grande Guerra. 1916-1918 - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 151-173. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a8

3.3. *Agitação social*

A agitação social, ou seja, a existência de motins e de assaltos a estabelecimentos, esteve intimamente ligada à questão das subsistências. Se a Câmara podia intervir no fornecimento de géneros alimentares, ela pouco podia fazer quando à manutenção da ordem pública. Isto mesmo pode ser constatado na análise das diversas atas das reuniões camarárias, onde praticamente não existem referências a estes acontecimentos.

A cidade do Porto tinha cerca de 200 000 habitantes no final da segunda década do século XX. População que pouco tinha aumentado desde 1910, devido principalmente à emigração, à diminuição dos fluxos migratórios internos, e à forte mortalidade resultante das diversas epidemias. Desde 1914, o aumento do custo de vida tinha provocado motins e saques um pouco por todo o país, tendo a subida dos preços sido originada tanto pela falta de géneros de primeira necessidade, como pelo açambarcamento destes (Van Rossum, 2011: 54). Em fevereiro de 1916, nos arredores do Porto, populares impediram a saída de comboios que transportavam cereais, e em Vila Nova de Gaia foram pilhadas algumas lojas. A entrada de Portugal na guerra agravou o clima de confronto, tendo o ano de 1917 sido nesse aspeto verdadeiramente funesto, com tumultos no Porto que duraram vários dias durante o mês de janeiro, e assaltos a padarias e lugares de venda de hortaliça (Ventura, 2013b: 452). Em abril, Dias da Silva informou os restantes vereadores que a escassez de pão que se verificava na cidade já tinha originado tumultos populares (AV, 04/04/1917: 3). Isto correspondia à realidade, tendo os assaltos a padarias e os confrontos continuado, levando à intervenção da Guarda Nacional, que resultou em ferimentos e prisões (Van Rossum, 2011: 64). Estas intervenções policiais não resolveram o problema de fundo, que era o do açambarcamento dos bens alimentares e a dificuldade em adquiri-los no mercado internacional.

3.4. *Os estrangeiros indesejados*

As vidas dos cidadãos alemães da cidade, ou de ascendência alemã, foram também afetadas pela eclosão da guerra. Logo em 1916 viram sair decretos que restringiam os seus direitos civis, recebendo mesmo ordem de expulsão do país, medida

Alexandre Lima Ferreira - A Câmara do Porto e a Grande Guerra. 1916-1918 - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 151-173. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a8

esta que também afetou os seus aliados¹³. Se algumas dessas famílias germânicas portuenses optaram por se retirar voluntariamente para Espanha, em particular para a Galiza, a maioria optou por se manter na cidade. Sendo gente ligada à indústria e ao comércio, maioritariamente pertencentes à alta burguesia e às classes médias, a sua ausência representou um duro golpe no tecido económico da cidade, já que os depositários-administradores nomeados pelo Tribunal do Comércio do Porto acabaram vender em hasta pública o recheio e as instalações das suas propriedades industriais e comerciais, destruindo a sua capacidade produtiva e levando inúmeros trabalhadores ao desemprego (Araújo, 2015: 149-153). Se alguns dos restantes cidadãos protestaram contra a arbitrariedade destes decretos, outros chegaram a pedir à Câmara que estes fossem cumpridos. Temos notícia de, pelo menos, um pedido efetuado por uma comissão à autarquia, para que esta se secundasse na realização de uma reunião magna, onde participariam pessoas de vários quadrantes, e se pediria que, por motivos patrióticos, a lei que respeitava aos súbditos alemães fosse rigorosamente cumprida. A resposta camarária foi afirmativa, alegando que apoiava todas as resoluções que contribuíssem para o bem da Pátria (AV, 10/05/1916: 2). No ano seguinte, o vereador Pereira Coelho chegou a apresentar uma moção, onde constava que a Câmara do Porto, perante a autorização concedida à reentrada de cidadãos inimigos no país, alguns dos quais antigos residentes na cidade, deveria mostrar todo o seu descontentamento por este facto (AV, 10/08/1917: 12). Acabou por não ser levada à votação, mas representou uma censura moral à decisão do Governo, e demonstrou que, para a autarquia, os antigos munícipes de nacionalidade alemã não eram bem-vindos.

3.5. Saúde pública

As doenças fizeram também sentir os seus efeitos na cidade durante este período. O tifo e a pneumónica¹⁴ atingiram a cidade do Porto de forma particularmente dura em 1918. Para isto contribuiu, não só as carências alimentares da população, como também as más condições habitacionais de uma grande parte dela. A situação era tão grave que chegou a motivar a vinda à cidade do Presidente da República, Sidónio Pais,

¹³ *Diário do Governo*, Decreto nº 2350/1916, de 21 de abril.

¹⁴ Foi na cidade que se iniciou um surto, em agosto de 1918, que acabou por se espalhar pelo país, e que provocou cerca de 55 000 vítimas mortais em todo o território nacional (Ventura, 2013b: 445).

Alexandre Lima Ferreira - A Câmara do Porto e a Grande Guerra. 1916-1918 - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 151-173. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a8

tendo este concordado com a vontade da autarquia em intensificar a construção de habitações operárias para aumentar a salubridade das habitações, e assim, melhor combater a epidemia de tifo que grassava na cidade e que provocou a morte a cerca de 1200 pessoas (Ventura, 2013b: 445). Outra maneira de combater a epidemia seria a de continuar a oferecer uma alimentação barata aos mais pobres (ACA, 26/02/1918: 5-6). A Comissão Administrativa considerou que era aí que se devia aplicar o dinheiro, e não no embelezamento da cidade, tendo o próprio Sidónio Pais considerado um erro que se tivesse avançado para a construção dos novos Paços do Concelho (ACA, 28/02/1918: 6).

4. A resposta das instituições

Várias instituições de assistência social estiveram ativas na cidade durante o período em análise, como a Cruz Vermelha, a Santa Casa da Misericórdia, a Cruzada das Mulheres Portuguesas e a Junta Patriótica do Norte.

A Cruzada das Mulheres Portuguesas, fundada em março de 1916, foi uma das que mais atuou no sentido de prestar auxílio às vítimas de guerra em Portugal. Teve à sua frente Elzira Dantas Machado, mulher de Bernardino Machado, e tinha como objetivo prestar assistência moral e material aos que dela precisassem, devido à participação portuguesa na guerra (Fraga, 2013: 506). Também na cidade do Porto a sua ação foi importante, organizando eventos para a angariação de donativos para os mobilizados, tendo pedido auxílio à Câmara para a realização dos mesmos (AV, 10/05/1916: 3), e para a fundação das “Casas de Trabalho” (ACE, 19/04/1917: 2), a que a autarquia acedeu.

Importante papel na assistência aos soldados foi desempenhado pela Junta Patriótica do Norte (JPN). Constituída no dia 15 de março de 1916, apoiou ainda as vítimas de guerra e desenvolveu funções de propaganda (Correia, 2011: 34). Para o apoio aos órfãos de guerra, a JPN e o Núcleo Feminino de Assistência Infantil (NFAI) abriram, em 1917, a Casa dos Filhos dos Soldados, destinada a receber os órfãos de combatentes nas diversas frentes, tanto durante como após o conflito (Fraga, 2013: 506). O NFAI organizou ainda outros eventos para apoio aos filhos dos soldados, como uma “Venda de Caridade” a favor dos filhos dos soldados portugueses, contando com o

Alexandre Lima Ferreira - A Câmara do Porto e a Grande Guerra. 1916-1918 - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 151-173. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a8

auxílio camarário, nomeadamente com a cedência do *hall* do Palácio da Bolsa, a sua iluminação e ornamentação, e respetiva autorização de venda de bilhetes para aquele acontecimento (ACE, 16/11/1916: 4). A Comissão de Assistência aos Militares Tuberculosos, que estava agregada à JPN, chegou a pedir auxílio à Câmara para a criação de um sanatório-escola onde pudessem ser tratados alguns desses feridos (AV, 27/07/1917: 2). A JPN acabou por ser uma grande impulsionadora, como já vimos, da criação de lugares de memória, tendo organizado também manifestações de homenagem aos aliados de Portugal, como o cortejo cívico que realizou no dia 14 de julho de 1918, em homenagem à França, tendo para isso pedido à Câmara auxílio financeiro e a participação de funcionários municipais nesse evento (ACA, 11/07/1918: 2). Também a Cruz Vermelha e a Santa Casa da Misericórdia participaram na recolha de donativos para as vítimas de guerra, através da organização de recitais (ACE, 02/02/1917: 4).

5. Salvar a memória democrática da guerra

5.1. Toponímia

A Grande Guerra deixou algumas marcas na toponímia da cidade, tendo diversas artérias recebido novos nomes que invocavam a memória do conflito. Apesar de anterior ao período aqui em estudo, podemos fazer referência ao facto de logo a 8 de outubro de 1914 ter sido aprovado por unanimidade em sessão camarária que, ao Largo do Monte, na Foz do Douro, se desse o nome de “Praça de Liège”, em homenagem à tenaz resistência do povo belga naquela que foi a primeira grande batalha da guerra (Araújo, 2015: 148). Naquela cidade valã, durante alguns dias, uma guarnição de 35 000 homens conseguiu impedir que os alemães capturassem qualquer um dos seus doze fortes (Gilbert, 2007: 81).

Em pleno ano de 1918 ocorreram novas alterações. Ao pedido da Junta Patriótica do Norte (JPN) para que a Câmara desse o nome de “França” a uma artéria da cidade, respondeu a Comissão Administrativa afirmativamente, tendo Torquato Ribeiro proposto que a Rua das Pirâmides se passasse a chamar “Avenida de França” (ACA, 11/07/1918: 2-3). Já terminada a guerra, Luís de Sousa, membro da Comissão Administrativa, saudando o nosso exército e o grupo de nações que “tão gloriosamente ergueram a espada de paladinos da dignidade humana”, resolveu propor que se passasse

Alexandre Lima Ferreira - A Câmara do Porto e a Grande Guerra. 1916-1918 - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 151-173. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a8

a designar a Avenida da Cidade como “Avenida das Nações Aliadas”, tendo a proposta sido aprovada e votada por aclamação (ACA, 14/11/1918: 5-6).

No que diz respeito a monumentos de homenagem aos combatentes, também a cidade do Porto teve o seu, não tendo este ficado isento de polémica. Seguindo o modelo-padrão da JPN, e tendo sido inaugurado na Praça de Carlos Alberto, a 11 de novembro de 1924, foi destruído no ano seguinte por não ser do agrado da população (Correia, 2011: 45). O que atualmente se encontra nesse local é de data posterior.

Conclusão

Neste artigo mostrou-se a atuação da Câmara Municipal do Porto nos três anos em que Portugal participou de forma oficial na Grande Guerra. Apesar da posição inicial dos socialistas, parece não ter havido grandes divergências de opinião entre as diversas vereações no que diz respeito à participação portuguesa na Grande Guerra. Todas elas demonstraram uma grande unidade nas manifestações de apoio às várias forças expedicionárias portuguesas. Se entre as forças políticas republicanas e monárquicas a participação no teatro africano era pacífica, já o envio de tropas para França era polémico, mas esta opinião não transpareceu nas posições adotadas pelas diferentes vereações. Mesmo o Partido Socialista portuense, contrário à participação portuguesa na guerra, mostrou-se sempre solidário com o esforço e o sacrifício feito pelos soldados portugueses. Mas esta formação partidária não deixou de mostrar que, no entanto, a sua solidariedade e saudações eram apenas dirigidas aos soldados que se encontravam nas frentes de batalha, e não aos políticos que exerciam funções governativas em Portugal, como ficou demonstrado na sua recusa em participar nas comemorações do 31 de Janeiro, devido à presença do Chefe de Estado e do Chefe de Governo, considerando esta um insulto à memória dos mártires dessa revolta.

Apesar da retórica virulenta de alguns membros das comissões administrativas contra as medidas tomadas pelas anteriores vereações democráticas, por pragmatismo tiveram de tomar muitas das medidas que criticavam nos outros. As comissões administrativas acusaram as vereações democráticas de serem esbanjadoras e, efetivamente, cortaram em muitos projetos anteriormente aprovados, como a continuação da construção do matadouro. No entanto, a realidade fez com que muito

Alexandre Lima Ferreira - A Câmara do Porto e a Grande Guerra. 1916-1918 - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 151-173. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a8

daquilo que era dito nas reuniões das comissões administrativas fosse apenas retórica, já que os acontecimentos obrigaram a continuar a assegurar um conjunto de serviços aos cidadãos. Nalguns casos, ainda tiveram de se empenhar mais do que as anteriores vereações, pois confrontaram-se com as epidemias de tifo e de “gripe espanhola”, que causaram não só bastantes mortos como afetaram o já frágil tecido social da cidade.

As dificuldades que se depararam aos sucessivos executivos camarários foram de tal ordem, que o esforço que estes tinham de desenvolver foi, em certos casos, colossal. As populações esperavam deles respostas para os seus problemas, mas os poderes municipais viam-se confrontados muitas vezes com problemas que exigiam soluções que ultrapassavam as suas competências. As populações tinham falta de alimentos, em particular de pão, e quando os tinham, estes eram vendidos a preços elevados. No entanto, arranjar estes alimentos, na sua maioria importados, estava fora das competências e dos poderes da Câmara, sendo que apenas o Governo central podia resolver estas situações.

Na sua toponímia ficaram gravados novos nomes em homenagem aos aliados da República Portuguesa, que para as diferentes câmaras representavam a civilização que combatia a “barbárie teutónica”. Tão longe foi esta ideia de incivilidade alemã, que cidadãos germânicos residentes há longo tempo na cidade, ou mesmo portugueses com essa ascendência, foram expulsos do país. É verdade que quem elaborou as leis de expulsão dos cidadãos alemães foi o Governo, mas a Câmara do Porto não se mostrou muito interessada em tê-los de volta, pelo menos enquanto o conflito durasse. Se não presenciou vítimas diretas do conflito, a cidade acabou por ter de lidar com os já referidos surtos epidémicos, que afetaram grandemente uma população já bastante debilitada pela carência alimentar.

À semelhança de outras cidades, o Porto enfrentou o problema de outras vítimas indiretas do conflito, como o caso dos órfãos de guerra. Aqui foi importante o papel das instituições de assistência da cidade, que com o auxílio da autarquia procuraram minorar o sofrimento e o sentimento de perda daquelas crianças que ficavam sem pai devido à guerra. Noutros casos, os soldados voltavam, mas encontravam-se incapacitados por mutilação, o que iria condicionar a sua capacidade futura de sustento da família.

Alexandre Lima Ferreira - A Câmara do Porto e a Grande Guerra. 1916-1918 - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 151-173. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a8

Bibliografia:

Fontes:

Arquivo Municipal do Porto (AMP)

Actas da Vereação da Câmara Municipal do Porto (AV), 1916-1917.

Actas da Comissão Executiva da Câmara Municipal do Porto (ACE), 1916-1917.

Actas da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto (ACA), 1918.

Diário do Congresso, 1916.

Diário do Governo, 1913-1916.

Estudos:

ARAÚJO, Francisco Miguel (2015), “Aliados *versus* Inimigos da Nação: Sociabilidades no Porto da Grande Guerra (1914-1918)”, *CEM Cultura, Espaço & Memória*, nº 6, Porto, CITCEM, pp. 145-159.

CORREIA, Fausto (2016), *Os socialistas portuenses e a Grande Guerra*, Tese de Mestrado, Porto, FLUP.

CORREIA, Sílvia (2011), “A Junta Patriótica do Norte: um projecto republicano de rememoração da I Guerra Mundial em Portugal”, *CEM Cultura, Espaço & Memória*, nº 2, Porto, CITCEM, pp. 33-50.

FERNANDES, Paulo Jorge (2014), “A vida política”, in PINTO, António Costa; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (dir.), *História Contemporânea de Portugal: 1808-2010*. III Vol., *A Crise do Liberalismo 1890-1930*, Lisboa, Objectiva, pp. 31-85.

FERRO, Marc (2008), *A Grande Guerra: 1914-1918*, Lisboa, Edições 70.

FRAGA, Luís Alves de (2013), “Organizações Femininas Portuguesas”, in AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos Matos, *Portugal e a Grande Guerra: 1914-1918*, Vila do Conde, Verso da História, pp. 504-506.

GILBERT, Martin (2007), *A Primeira Guerra Mundial*, Lisboa, A Esfera dos Livros.

GUICHARD, François (1994), “O Porto no Século XX”, in RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir.), *História do Porto*, Porto, Porto Editora, pp. 522-637.

MENESES, Filipe Ribeiro de (2000), *União Sagrada e Sidonismo. Portugal em Guerra, 1916-1918*, Lisboa, Edições Cosmos.

Alexandre Lima Ferreira - A Câmara do Porto e a Grande Guerra. 1916-1918 - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 151-173. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a8

OLIVEIRA, César (1996), “A sociedade portuguesa entre 1910 e 1926”, in OLIVEIRA, César (dir.), *História dos Municípios e do Poder Local: dos finais da Idade Média à União Europeia*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 248-259.

PEREIRA, Gaspar Martins (2002), *Eduardo Santos Silva: cidadão do Porto (1879-1960)*, Porto, Campo das Letras.

PIRES, Ana Paula (2009), “A economia de guerra: a frente interna”, in ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta-da-China, pp. 319-347.

RAMOS, Rui (2001), “As Guerras da República (1910-1917)”, in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal. VI Vol., A Segunda Fundação (1890-1926)*, Lisboa, Editorial Estampa, pp. 377-461.

REIS, António (2014), “Partido Socialista Português”, in ROLLO, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo. III Vol.*, Lisboa, Assembleia da República, p. 197.

SAMARA, Maria Alice (2009), “Sidonismo e restauração da República. Uma «encruzilhada de paixões contraditórias»”, in ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta-da-China, pp. 371-395.

SOUSA, Fernando de; FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. (2012), *Os Paços do Concelho do Porto*, Porto, CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.

SOUSA, Fernando de (2013), *Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2013)*, Porto, CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.

TEIXEIRA, Nuno Severiano (2014), “Portugal no Mundo”, in PINTO, António Costa; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (dir.), *História Contemporânea de Portugal: 1808-2010. III Vol., A Crise do Liberalismo 1890-1930*, Lisboa, Objectiva, pp. 87-115.

TELO, António José (2013) a, “Sidónio Pais e a guerra” in AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos Matos, *Portugal e a Grande Guerra: 1914-1918*, Vila do Conde, Verso da História, pp. 374-377.

Alexandre Lima Ferreira - A Câmara do Porto e a Grande Guerra. 1916-1918 - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 151-173. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a8

TELO, António José (2013) b, “Campanha de Moçambique. 1916-1918”, in AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos Matos, *Portugal e a Grande Guerra: 1914-1918*, Vila do Conde, Verso da História, pp. 427-436.

VAN ROSSUM, Arnold Arie (2011), *A questão das subsistências no Porto, no período da Grande Guerra*, Tese de Mestrado, Porto, FLUP.

VENTURA, António (2013) a, “Antibelicismo em Portugal”, in AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos Matos, *Portugal e a Grande Guerra: 1914-1918*, Vila do Conde, Verso da História, pp. 275-279.

VENTURA, António (2013) b, “A Sociedade Portuguesa. Efeitos da Guerra”, in AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos Matos, *Portugal e a Grande Guerra: 1914-1918*, Vila do Conde, Verso da História, pp. 444-452.